



SÍNDROME DE DOWN: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DA EDUCAÇÃO, PECULIARIDADES E NÍVEIS DE DEFICIÊNCIA.

Karine Ramos dos Santos(1); Fabrícia Gomes da Silva (2)

(1) *Universidade Estadual do Piauí- campus Picos-PI, karineramos1@hotmail.com*

(2) *Universidade Estadual do Piauí- campus Picos-PI, fabriciagomess@hotmail.com*

INTRODUÇÃO

Dentre as várias Deficiências ou Síndromes que podemos falar gostaríamos de citar a Síndrome de Down (SD) como uma das mais recorrentes. Esta, segundo Morais, foi descrita pelo médico inglês John Langdon Down, em 1866. Em 1959, Jérôme Lejeune descobriu que a causa da síndrome era genética. Não sendo adquirida após o nascimento, portanto o que ocorre é uma espécie de mutação cromossômica, que segundo Mourato; Villachan e Mattos, (p. 160, 2014):

A Síndrome de Down (SD) caracteriza-se pela trissomia completa do cromossomo 21 em 95% dos casos, ocorrendo aproximadamente em um a cada 700 nascidos vivos [...]. Essa incidência pode variar de acordo com a idade materna, atingindo um a cada 30 nascidos vivos em mães com idade superior a 45 anos [...].

Já segundo Nakadonari e Soares (2006): esses cromossomos podem ser herdados dos pais, mas outros estudos apontam que essa genética pode ser mais herdada da mãe. Aspectos que podem acarretar a SD: idade avançada da mãe, tem mais predominância com a idade maior que 35 anos na mulher e no homem com mais de 55 anos. A mulher tem maior predominância pelo ovócitos envelhecidos. Buscando melhor compreender o processo histórico da SD esse trabalho tem como objetivo conhecer a Síndrome de Down, dando ênfase ao processo de inclusão de pessoa com Down dentro de salas de ensino regular, de modo a entender como se dá seu processo de ensino e aprendizagem formal. E tem como justificativa para a escolha deste tema as aulas realizadas no curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Piauí sobre a disciplina de Fundamentos da Educação Especial, que trouxeram aspectos sobre a (SD), instigando a compreendê-la melhor seus aspectos.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A Síndrome de Down apresenta algumas características físicas específicas que podem ser percebidas por: Olhos puxados; Hipotonia; Rosto redondo; Mãos com dedos mais curtos; Orelhas pequenas; Língua volumosa; Membros grossos e curtos; Dificuldades motoras; Nariz achatado; Boca pequena dentre outros. Há também aspectos psicológicos como o comprometimento intelectual e conseqüentemente a aprendizagem mais lenta.

A SD pode ser detectada com o bebê ainda no útero, através de exames como coleta de material sanguíneo ou no nascimento com base na aparência do recém-nascido, além de exames para ouvir se há sopro cardíaco.

Podendo apresentar, Deficiência Intelectual (DI) moderada e leve segundo Leite, (p.13, 2009) “As dificuldades sociais são importantes na DM moderada, mas dentro de um grupo social estruturado os pacientes podem desenvolver-se com certa autonomia. [...]”. Atividades como jogos ajudam a terem melhores habilidades e boa desenvoltura para algumas atividades, precisam de incentivo, pois o estímulo é indispensável para se expressarem melhor. Apresentando também a Deficiência Intelectual grave ou severa (Op. cit., p.13): “A psicomotricidade de crianças com DM, geralmente está alterada, afetando a marcha, o equilíbrio e a coordenação. A maioria delas tem consideráveis dificuldades na coordenação de movimentos, incluindo o controle da respiração e os órgãos de fonação.”

Essa deficiência pode ocasionar uma má estrutura corporal na criança, fazendo com que a mesma tenha características específicas como peso e estatura inadequados. Porém, bons exercícios especializados e atividades podem ajudar na desenvoltura da criança com a SD.

(Op. cit., p.14) a Deficiência Intelectual (DI) “[...] profunda podem apresentar algum tipo de mal formação encefálica ou facial.[...]”, ocorrendo comprometimento agravante da fala, a pessoa necessita de cuidados constantemente. Os sintomas podem variar de pessoa para pessoa, e os graus de dificuldades e de DI também sofrem variações de acordo com o caso, como foi citado.

Algumas mães quando estão grávidas almejam por um bebê perfeito (típico), e isso não é diferente quando falamos da SD. Essas mães ao receberem a notícia acabam criando medo, pânico por não saberem lidar com a situação, pois isso ainda é algo novo para as mesmas.

Muitas só sabem da deficiência após o nascimento e recebem a notícia às vezes de forma impropria, pois muitos médicos não sabem repassar a notícia. Essas mães passam a se perguntar como será a aceitação da sociedade e as perguntas começam a surgir, “será que meu filho pode se casar?,” “ele poderá estudar ele tem chances de chegar a se formar?”. Então passa haver uma preocupação perante as expectativas futuras.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A mãe no primeiro momento passa pelo luto para depois começar a luta pelo mesmo e dentre essas lutas, uma é a de que haja um ensino significativo e realmente inclusivo para seu filho, onde ele possa evoluir nos seus aspectos cognitivos.

Mas sabemos o quão essas dúvidas são constantes, a nossa sociedade ainda precisa melhorar no aspecto de respeito ao próximo e a educação precisa ser efetivada como direito de qualquer indivíduo, embora isso seja visto em textos legais a realidade ainda se mostra incipiente sobre o acesso ao meio escolar.

[...] Nesse sentido, é de fundamental importância que possamos contribuir para a implementação de políticas públicas que possibilitem a inclusão, não somente focalizando a escola e os professores, mas também a família, uma vez que é no seio familiar que podemos encontrar inúmeros obstáculos para o exercício pleno da inclusão [...]. (LUIZ, FLÁVIA MENDONÇA ROSA et al. 2008, S/P apud LIPP; MARTINI; OLIVEIRA-MENEGOTTO, p. 371, 2010)

É preciso trabalhar para que as políticas se concretizem e saiam do papel. Não basta dizer que existe inclusão se a presença do aluno em sala se resume ao aspecto físico, é necessário que a criança com deficiência, seja Down ou outra, que seja participante de práticas de socialização e participe do processo de aprendizagem curricular.

Além disso, cabe a escola o papel de adaptar, e de fazer com que haja uma boa interação social entre todo o alunado, seja por meio de brincadeiras orientadas, ou trabalhos em grupo, o importante é que aconteça a convivência harmoniosa e conjunta.

O professor deve estar atento aos cuidados: saber interagir com os alunos, transmitir bons aspectos áudio visuais e psicomotores. Respeitando o grau de dificuldade de cada aluno, e seu tempo de aprendizagem e os pais devem estar sempre atentos ao processo de evolução.

É importante reconhecer que os alunos com SD têm suas particularidades, mas não é ele quem deve ser modificado para participar da escola, mas a instituição que deve ser reorganizada para atender e colaborar com o desenvolvimento desses indivíduos.

Para isso precisamos prezar pela formação de docentes, tanto para salas de Ensino Regular como para Salas de Atendimento Especializado, entendemos que a prática é que nos dá muitas 'chaves' para o exercício docente, entretanto a formação e capacitação continuada é indispensável para se ter um bom cenário educativo.

Alia-se a isso, a necessidade e participação da família, tanto estimulando a frequência do aluno a escola, como em tratamentos especializados, sempre que necessário. Quanto mais cedo a criança for estimulada cognitiva, psicomotora e socialmente maior é sua chance de um



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

bom desenvolvimento. Sabemos que por trás da educação inclusiva há muitas lutas, e que devido às mesmas as leis tiveram alterações e começaram a vigorar. Porém essas batalhas continuam a serem travadas diariamente, por famílias, e pessoas que buscam dia após dia por seus direitos. A Declaração de Salamanca (1994 S/P), reforça que:

O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças.

Sabemos que os avanços podem ser percebidos ao longo do período, porém muito ainda há que ser modificado para de fato termos instituições que sustentem uma educação inclusiva.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisas de cunho bibliográfico, que segundo Richardson, (p. 29, 1999) “[...] é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. [...]” Buscamos nos empenhar em materiais que retratem com precisão sobre a Síndrome de Down, introduzindo ao trabalho desmistificações sobre alguns preceitos da SD, para isso procuramos dialogar questões biológicas, aspectos cognitivos, inclusão no espaço escolar e no ambiente externo e a qualidade na educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a execução do trabalho referente as pesquisas, podemos perceber diversas dificuldades encontradas quanto à educação de pessoas com SD, também percebemos que os educadores vêm mostrando-se mais conscientes e expressivos quanto à necessidade de aperfeiçoamento, e de mudanças que devem ocorrer nas escolas para melhor atender e trabalhar com esse público, pois assim como há deveres e responsabilidades em ensinar os alunos sem deficiência, os que têm SD também frequentam as escolas com o intuito de aprender e aprimorar seus conhecimentos.

Mas para que isso possa ocorrer será preciso que professores reflitam suas práticas dentro da sala de aula, e busquem atividades e novas formas de mediar o conhecimento que atendam as necessidades específicas de cada aluno, pois assim como o alunado típico tem seu



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

tempo, e suas peculiaridades para aprender, a pessoa com SD também irá necessitar, respeitando seu tempo de forma diferenciada.

Entendemos que a confiança, o respeito e a paciência tornam-se itens irrevogáveis quando falamos de educação especial inclusiva, pois para que o aluno aprenda é preciso um profissional que acredite nele, que o estimule, provoque seu desenvolvimento, saiba que apesar de lenta suas habilidades e aprendizagens, estão sendo aprimoradas.

Sendo assim, conhecer seu aluno é outro fator que pode ajudar na construção dos saberes, pois se o professor sabe do que a criança gosta, o que deixa a entusiasmada e prende o foco de sua atenção sendo que é algo complexo de conseguir em alguns casos com o aluno com SD, usa-los a seu favor e em favor do aluno é de suma importância para conseguir chegar ao conhecimento.

CONCLUSÕES

O trabalho teve como caráter desmistificar alguns preceitos e conhecimentos sobre a Síndrome de Down nos fazendo (re) pensar os conceitos existentes sobre a SD. Podemos observar que a pessoa com SD pode e deve ter seus direitos garantidos em sociedade, na educação, tem e podem cumprir funções dependendo do grau e dá forma como é trabalhada a SD estes podem evoluir, serem produtivos, mostrando-se capazes para tanto não devemos subestima-los.

Em virtude dos acervos consultados percebemos que as políticas públicas existem, mas muitas não são respeitadas na prática. As leis da Constituição Federal (CF, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996) tratam das especificidades necessárias para que haja um ensino de qualidade e acessível para todos, porém deixando margens para que as mesmas não sejam cumpridas. O desafio é grande, mas acreditamos que é possível alcançarmos o grau de qualidade na educação inclusiva, onde professores possam se aperfeiçoar nas áreas específicas do ensino e que estes sejam capacitados.

Os papéis das escolas dizem respeito a manter um ambiente propício e de fácil acesso a todos, onde cada criança possa ser reconhecida por sua capacidade cognitiva, fazendo com que estas se sintam felizes no ambiente escolar. Dando a eles o direito de participarem e conviverem com as mesmas oportunidades, pois dependendo do grau da DI podem conviver em sociedade sem precisarem de tanta supervisão, podem e devem trabalhar, interagir, se qualificar profissionalmente e casarem-se.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro gráfico, 1988. 111p.

DECLARAÇÃO, DE SALAMANCA. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1994.

LEITE, José Manuel. **A actividade física e o desenvolvimento psicomotor de um indivíduo com Síndrome de Down em regime inclusivo**: estudo de caso de uma aluna com Síndrome de Down, incluída na Escola Regular. 2009. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/10216/14717>> Acesso em: 18 nov. 2015

LUIZ, Flávia Mendonça Rosa et al., 2008 S/P apud LIPP, Laura Kolberg; MARTINI, Fernanda de Oliveira; OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de. **Desenvolvimento, escolarização e síndrome de Down**: expectativas maternas. *Paidéia*, v. 20, n. 47, p. 371-379, 2010.

MORAES, Paula Louredo. "**Síndrome de Down**"; *Brasil Escola*. Disponível em
<<http://brasilecola.uol.com.br/doencas/sindrome-de-down.htm>>. Acesso em: 27 de nov. 2015.

MOURATO, Felipe Alves; VILLACHAN, Lúcia Roberta R.; SILVA, Mattos Sandra da. **Prevalência e perfil das cardiopatias congênitas e hipertensão pulmonar na síndrome de Down em serviço de cardiologia pediátrica**. *Rev Paul Pediatr*, v. 32, n. 2, p. 159-163, 2014.

NAKADONARI, Elaine Keiko; SOARES, Andréia Assunção. Síndrome de Down: considerações gerais sobre a influência da idade materna avançada. **Arquivos do Museu Dinâmico Interdisciplinar**, v. 11, n. 1, p. 5-9, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas, São Paulo: Atlas, 1999.
SILVA, Marinês da; SILVA, Marisane da; SANTOS, Juliano Ciebre dos. Síndrome de Down e Inclusão. **Nativa-Revista de Ciências Sociais do Norte de Mato Grosso**, v. 1, n. 2, 2014.